

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O dilema latino-americano o esvaziamento da intelligentsia e o enfraquecimento da idéia de nação.

Vera Alves Cepêda y Thales Novaes de Andrade.

Cita:

Vera Alves Cepêda y Thales Novaes de Andrade (2009). *O dilema latino-americano o esvaziamento da intelligentsia e o enfraquecimento da idéia de nação*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/917>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O dilema latino-americano o esvaziamento da *intelligentsia* e o enfraquecimento da idéia de nação

Vera Alves Cepêda
UFSCar
veracepeda@terra.com.br

Thales Novaes de Andrade
UFSCar
thales@sigmanet.com.br

O PAPEL DA *INTELLIGENTSIA* NOS PAÍSES DE CAPITALISMO TARDIO

Boa parte da literatura enfatiza o chamado “protagonismo” dos intelectuais ou da tecnocracia na história dos países latino-americanos (PECAUT, 1990, PEREIRA, 1987, O’DONNELL, 1990, BIELSCHOWSKY, 2004), mas em geral este fenômeno aparece desconectado das condições específicas do desenvolvimento planejado, característico da modernização conservadora (ou via prussiana) adotada como modelo de modernização em países periféricos a partir da década de 1930. A extensão da proeminência da *intelligentsia* nessas sociedades pode ser compreendida a partir de muitos elementos, das configurações da ação e função dos intelectuais e *experts*, ao dilema conceitual

proposto pelo estruturalismo cepalino e a hegemonia do modelo nacional-desenvolvimentista. Simultaneamente ao surgimento de uma via distinta de modernização orquestrada pelo Estado antes da vitalidade criadora do mercado ou da sociedade, e em termos de uma sociologia da ciência, se experimentava no mesmo período uma profunda mutação do papel atribuído aos intelectuais. Migrando do modelo absenteísta proposto por Benda (2007) em direção à “função social do conhecimento” defendida por Karl Mannheim, essa alteração é sustentada por argumentos de diversos matizes ideológicos. No campo da esquerda podemos destacar a concepção leninista e a teoria gramsciana que valorizavam a orientação dos intelectuais, através dos partidos revolucionários ou da intervenção dos intelectuais orgânicos na consecução da revolução ativa ou passiva. A experiência da planificação soviética também imputava grande peso à racionalização da vida social e da aceleração do processo de desenvolvimento econômico. Num campo mais moderado, a revolução keynesiana e o regulacionismo fordista adotavam como princípios o afastamento do naturalismo econômico e político, valorizando estratégias de orientação e regulação com base em *expertise*, em conhecimento técnico e não resultados *ex post* do arranjo ou competição entre os interesses individuais. No caso do bloco de nações que vão se formando com o desmanche do Império Colonial, em especial entre as duas grandes guerras, a consciência do atraso e do subdesenvolvimento gerariam como alternativa de saída das condições deletérias da pobreza o planejamento e a técnica (racional) do modelo de industrialização a partir da queima de etapas – o artificialismo econômico.

Nos países afetados pelo subdesenvolvimento o consenso político que se forja admitindo-se a entrada do Estado na arena econômica tinha como propósito superar os limites resultantes das assimetrias da situação periférica – ou seja, na superação da herança colonial e da vocação primário exportadora. A modernização desejada, sinônimo de fortalecimento do Estado/Nação nesses países passava tanto pela aderência ao projeto industrialista quanto ao afastamento de uma interpretação naturalista da economia e da História. Aceitar a teoria do subdesenvolvimento correspondia à assimilação de um novo paradigma de *interpretação* da História, longe da aceção da distribuição dos frutos do progresso técnico, implícita na tese das vantagens comparativas ricardianas. Associava-se à singularidade da formação colonial (base das interpretações latino-americanas que analisavam, como em Caio Prado Jr e Celso Furtado, a cultura e as instituições coloniais como produtos de enclave ou braço avançado da modernização européia) o esforço de produção de uma teoria explicativa, em termos econômicos e sociais autóctone. O corolário deste conjunto de raciocínios era o desenvolvimento de estratégias alternativas inéditas que correspondessem ao *quadro específico da situação de subdesenvolvimento*.

Por onde se observe a singularidade da teoria do subdesenvolvimento e seu ferramental de mudança social planejada (quer na etapa do nacional-desenvolvimentismo, quer na fase dos regimes de exceção do modelo Burocrático-Autoritário) há dois fatos de inegável importância nesse cenário: a *interpretação* (base da consciência histórica e do consenso da questão nacional identificada com o desenvolvimento econômico) precisou ser operada intelectualmente por portadores dessa tarefa histórica; por outro lado, a elaboração de uma teoria sobre o desenvolvimento (com rigor dos conceitos econômicos e adentrando as ferramentas da administração pública e da engenharia política) também passava pelo argumento técnico, que em grande parte do período (especialmente entre as décadas de 40 e 70) substituiu o diálogo político e o efetivo controle da sociedade civil sobre as políticas governamentais pela produção ideológica de uma *intelligentsia*, investida e travestida de nação no sentido pleno do termo..

O resultado deste processo de modernização imputava às camadas capazes de operar a mudança orientada um papel singular e muito especial. Assim, entre as décadas de 1910 e 1960, a *intelligentsia* brasileira teve que labutar com o debate das condições de superação do atraso, transformando-o em eixo central para a constituição da nação. Se muito embora o período de 1910 e 1930 o debate debruça-se sobre a identificação do atraso com as questões raciais, mesológicas, culturais e depois institucionais (uma corrente sucessiva de autores que vão de Silvio Romero e Euclides da Cunha ao desfecho dado por Alberto Torres e Oliveira Vianna), a virada do governo provisório de Vargas e a ascensão da economia de viés industrial produziria uma mutação nessa associação: o atraso seria então (desde a obra pioneira de Roberto Simonsen) um problema de ordem econômica. Simultaneamente muda-se o escopo de análise – social, filosófico, antropológico – e a matriz ensaísta para a dimensão da teoria econômica e uma legitimidade conseguida pelo rigor teórico e acadêmico (longe da liberdade interpretativa dada pelo *ensaio*). O problema nacional alcança desta forma uma interpelação técnica, dada pela dimensão dos problemas oriundos do mundo da produção e de obstáculos capazes de serem absorvidos pela expertise de uma ciência que vincula a teoria econômica ao dilema político. Nasce assim a poderosa matriz ideacional do nacional-desenvolvimentismo, ancorado na interpretação do subdesenvolvimento e no projeto de desenvolvimento orientado.

Essa nova configuração ao tomar como base da construção da nação um “problema de ordem técnica”, estabelece o conhecimento como meio essencial de sua consecução. Desta forma, a produção intelectual pode ser entendida – no seu projeto de desenvolvimento e ferramenta da modernização – como *fator* de fundamental importância na realização desse processo. Queremos destacar aqui uma condição que em geral passa despercebida nesse arranjo: a aceitação da ação da

intelligentsia como **fator** de desenvolvimento em situação periférica. Imaginamos aqui a seguinte associação: a) tomando como tela de fundo o problema da inovação na resolução de uma situação de crise (Schumpeter); b) aceitando que o subdesenvolvimento configure uma condição radical de crise (mais grave a ponto de que a simples regulação keynesiana não sirva, já que o desenvolvimento deve ser promovido e não apenas normalizado); c) negando-se a naturalização das relações de mercado como forma de crescimento e evolução econômica e sua substituição pela racionalização planejadora do Estado, o conjunto final implica, em grande medida na utilização de uma espécie de *consciência necessária* para análise e direcionamento eficiente do conjunto das forças sociais em direção a realização da nação, passando pela dimensão econômica como arena metamórfica desse projeto. Assim, a *intelligentsia* passa a ser parte integrante e meio da promoção do desenvolvimento, agindo em nome da razão e do interesse da nação. Pode-se assim inferir que este setor tenha se convertido em um dos “fatores de produção”. Obviamente seu surgimento acopla-se às condições de atraso e sua resolução através do planejamento econômico, como um exemplo de inovação alternativa à clássica tipologia schumpeteriana. Esta inteligência é social e muita mais dilatada que a mera condição de promoção de mudanças de ordem tecnológica e produtiva – ela opera as ferramentas que organizam e dirigem o conjunto do sistema produtivo (e não apenas uma parte). Por outro lado sua tarefa desloca-se para a resposta a uma demanda social – o progresso, o moderno, o nacional. Esta *intelligentsia* nacional-desenvolvimentista é (desde a primeira percepção da geração dos *homens de mil* de Oliveira Vianna) mannheineana, sobrepõem-se ao interesse privatista dos grupos por operarem a síntese do nacional.

Essa identificação, clara até o golpe de 1964, permanece inalterada no modelo burocrático-autoritário que se instala no Brasil e em outros países latino-americanos na virada de fechamento dos regimes. No caso brasileiro, o razoável grau de estabilidade política e social auferido por boa parte dos governos militares deve-se a capacidade responsiva das demandas sociais (a alta mobilidade social e índices de modernização e crescimento econômico dos anos 70 – o Milagre Econômico) e da continuidade encarnada do *projeto nacional*, construção ideológica herdada do período anterior e capaz de aglutinar interesses econômicos, sociais e políticos distintos abrigados sob a égide de semióforos como nação, povo, progresso, país. Como o problema da modernização permanecia ainda no núcleo duro do debate econômico, as ferramentas do entendimento, da racionalidade e elaboração de projetos consistentes de mudança orientada continuam sobrevalorizando a ação e o papel dos intelectuais. Somente que suas atividades vão se tornando cada vez mais técnicas, operatórias e vinculadas às próprias necessidades de criação de canais de comunicação entre setores organizados da sociedade civil (grupos de pressão, passíveis de formação de consenso e legitimidade) e o governo,

em regimes políticos fechados. Essa é a essência tanto da tese do modelo burocrático-autoritário (O'Donnell, 1990), dos anéis burocrático (Cardoso, 1975) ou da tecnocracia (Bresser, ; Sola,). Outra consequência é o surgimento de uma variante de *expert*, os *policy makers*, apropriados a esse momento histórico, mas muito distante da função social da *intelligentsia* mannheiana. Mas a verdade é que essa camada de tecnoburocratas continua se legitimando como síntese dos interesses sociais, encarregada de mediá-las, selecioná-las em função dos interesses genéricos do progresso social.

O esgotamento da matriz nacionalista, de centralização estatal na promoção do desenvolvimento que atingiu a maioria dos países da América Latina nos anos 80 e 90, gerada pelo esgotamento dos fundos públicos, pela crise fiscal e endividamento, associou-se a emergência do pensamento neoliberal (absenteísta, minimalista nas funções do Estado e fervoroso adepto das virtudes mágicas do *laissez-faire*). Os resultados foram vários e todos terríveis no que tange a dimensão dos projetos dos Estados nacionais. Mas talvez um dos elementos com maior capacidade de desarmar a existência de regulacionismo econômico e de constituição de projetos nacionais foi o desarmamento da inteligência, o esfacelamento da *intelligentsia* e sua substituição por um técnico investido da racionalidade da dimensão tecnocientífica em franco diálogo com as necessidades específicas do mercado.

MUDANÇAS NA RELAÇÃO INTELLECTUAIS E SOCIEDADE - POSSÍVEIS EFEITOS INDESEJÁVEIS

A sociedade brasileira modifica significativamente suas instituições no bojo da redemocratização, momento histórico em que as alterações políticas de um novo contrato social (a Constituição de 1988) encontram-se, simultaneamente, com o esgotamento da capacidade gestora do desenvolvimentismo sob moldes do Regime Militar e com o amadurecimento de várias das estruturas chave da modernidade (parque industrial, racionalidade instrumental, urbanização). Embora a modernização tenha se tornado um fato incontroverso, nossa modernidade sofria dos efeitos deletérios da forte aceleração da mudança através da queima de etapas. A excessiva centralização decisória por parte dos gestores do desenvolvimentismo pela via estatal e a neutralização da participação social permitiram a manutenção de mecanismos de distribuição que premiaram (e fortaleceram) de atores portadores de interesses anacrônicos. A exclusão social e a desigualdade econômica é parte desse resultado: da premiação do capital em detrimento do trabalho, através da transferência direta e indireta de recursos, pela capacidade de extração de ganhos via controle dos

salários e fechamento do mercado interno a competição internacional; na manutenção do latifundismo e do regionalismo; pela perversa e desigual distribuição de recursos e serviços estatais.

A arquitetura do Estado brasileiro pós 1988, obedecendo ao molde federalista, propõe descentralizar recursos e decisões, dando voz e poder de controle da sociedade civil. O desmanche da tecnoburocracia foi peça basilar dessa proposta, acompanhada do redesenho formal do aparelho de Estado via reforma promovida pelo MARE. Nas universidades o modelo de gestão técnica é internalizado por força da enorme energia e fúria de inovação desvendada pela Revolução da Tecnologia. A crise de paradigmas foi outro elemento fundamental para a ressignificação da função da ciência e do lugar do intelectual.

No campo político, o fim das Utopias (no plural porque são três: o comunismo real, o compromisso social-democrata e o desenvolvimentismo) esvaziou o poder normativo e a expectativa de longo prazo e da mudança orientada no campo das humanidades. O intelectual clássico – comprometido (com a função social ou a revolução) – cede terreno para o pesquisador, o que se aproxima do curto prazo, que produz a compreensão ou a regulação do ambiente que o circunda, mas somente neste registro limitado.

Nas ciências humanas a crise dos paradigmas foi muito pesada. E são vários (agrupados sob uma alcunha pequena demais para dar conta das inúmeras facetas e ingredientes que o compõem): a mutação das forças do historicismo hermenêutico em relativismo, a crise do paradigma do trabalho, o fim das classes, a financeirização e o valor intangível, a crise do universalismo e a emergência do multiculturalismo, o enfraquecimento dos Estados e o recuo da proteção social, o esfacelamento da privacidade e (paradoxalmente) do espaço público, a crise das identidades... Se há um certo consenso de que os paradigmas nas ciências da natureza também se rompem, no entanto, a velocidade e a voracidade com este processo ocorre é muito distinto daquele que envolve (ou consome) as ciências do social. E se Kuhn, Merton e Latour afirmavam a presença da convenção como papel importante na formação de paradigmas de todas as ciências, em meio a constelação caótica das ciências humanas o papel dos consensos humanos (na figura do pesquisador e suas instituições de financiamento) é fundamental na sua autodefinição.

No novo modelo, denominado de tecnociência, a legitimidade da produção intelectual das ciências humanas vem da capacidade de responder as demandas informadas pela sociedade. A validação é seu ajustamento, seu uso diante das demandas externas. O mecanismo de engenharia institucional que

promove esse ajuste é aquele em que o financiamento das pesquisas é pautado numa agenda, definida numa espécie de concertação de interesses entre esses órgãos, a CPC, os empresários (demandantes de tecnologia), o Estado (demandante de diagnósticos, propostas, serviços para políticas públicas). Numa primeira mirada, o modelo parece ser eficiente e democrático, na medida em que força a comunidade intelectual a sair de seu reduto e discutir o uso social do conhecimento com os diretamente representantes e usuários socialmente “reais”.

No entanto, fica uma dúvida: a diminuição do escopo dessa decisão, ao baixar à dimensão do imanente, a concertação dos interesses diversos, não perde sua capacidade de transcendê-los? Grande parte da crítica inicial da utopia do esclarecimento pautava-se na dúvida sobre a capacidade dos indivíduos chegarem ao interesse “auto-esclarecido”. Claro é que a idéia é que não se tratam de indivíduos, mas de grupos sociais funcionais, dos quais as múltiplas lógicas (ou epistemes) em conflito produziram uma síntese. Problema, qual desses atores opera *fora* do esquema racional instrumental? Se os pesquisadores aprenderam a baixar o horizonte das utopias para o “reino do necessário”, se precisam mover-se na adequação feliz entre seus esforços e as expectativas *já presentes* (porque são a origem das demandas a serem respondidas), não são mais capazes – e nem deles se espera isso – que critiquem e procurem superar os sistema em outra direção. O Estado procura regular os conflitos entre CPC, empresas e cidadãos-consumidores. Também no seu caso a redução da amplitude de suas ações produz impacto semelhante ao rapidamente demonstrado na comunidade acadêmica. Dos empresários não se pode esperar projetos de futuro – a não ser retrocedendo a tese dos *vícios privados, benefícios públicos*. Como imaginar soluções de futuro, implicando inclusive perdas para setores poderosos do conjunto social, que ultrapassem a barreira do “aqui agora”?

Como afirmamos no início deste trabalho, esta alternativa pode ser positiva para sociedade em que a isonomia entre os atores e o tamanho das demandas sociais seja real. Para sociedades com fortes assimetrias sociais, econômica e políticas, ao que se some um déficit de recursos para superação desse quadro, talvez não. Nesta conjuntura, esvaziar a noção de um futuro procurado, de estabelecer atores ou instituições cuja tarefa seja garantir a manutenção da nação e entregar-se a inércia das várias e multiformes lógicas de mercado pode ser perigoso e arriscado.

Por último, não se propõe aqui retomar esquemas que a história já invalidou – como o desenvolvimentismo e a tecnocracia. Mas talvez fosse importante verificar o que, nestes eventos, foi desastroso e o que ainda pode ser aproveitado uma vez que, convenhamos, o quadro do atraso não se solucionou satisfatoriamente.

Referências Bibliográficas

- BENDA, Julien. (2007) *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2004). *Pensamento econômico brasileiro – 1930/1964*. São Paulo: Contraponto.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOLA, Lourdes. (1998) *Idéias econômicas e decisões políticas*. São Paulo: EDUSP.
- MANNHEIM, Karl. (1976) *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- O'DONNELL, Guillermo. (1990) *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PECÁUT, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Tica.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (1987). *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.